

T/D

01 MAI 2016

Por eleições já!

O ESTADO DE SÃO PAULO

JOÃO CAPIBERIBE, PAULO PAIM E WALTER PINHEIRO

A crise política e econômica brasileira não será resolvida sem a participação do povo, legítimo detentor do poder nos regimes democráticos. Essa crise que derrete nossa economia e destrói conquistas alcançadas recentemente é resultado de erros na condução do modelo econômico e de dificuldades de articulação política.

Em abril de 2015, foi designado ao PMDB, com a liderança do vice-presidente Michel Temer, o desafio de melhorar a qualidade da coalizão que governa o Brasil. Temer foi escalado para intermediar a relação do Planalto com o Congresso Nacional. A articulação era, naquele momento, a palavra de ordem, como perdura até os dias de hoje.

Mesmo com resistências pontuais, o Congresso não deixou de aprovar nenhuma das medidas do ajuste fiscal que tinham sido apresentadas em 2014, antes mesmo do início do segundo mandato da coalizão. Já em 2015, sob a mesma gestão, o Parlamento foi cobrado a não impedir a retomada do crescimento e responder entregando as medidas.

Diante das críticas da base governista e da oposição, o vice-presidente chegou a afirmar, em junho de 2015, que “o ajuste fiscal que o [então ministro da Fazenda Joaquim] Levy está levando adiante, em um primeiro momento, parece uma coi-

A gravidade do momento só será superada com eleições diretas para presidente e vice em outubro deste ano, junto com as eleições municipais

sa difícil, complicada, mas que vai dar os melhores resultados”.

O grupo de senadores que apoia este artigo vem apontando, em diversos episódios, os riscos acarretados pela tenebrosa situação em que nos encontramos.

Em agosto do ano passado, a presidente Dilma Rousseff recebeu parte deste grupo de senadores “independentes”. Entregamos na ocasião uma carta com sugestões. Nosso propósito era que o governo reconhecesse seus erros e adotasse nova postura para superar a crise.

Um dos pontos de nossa carta tratava da dificuldade de relação entre os partidos da base governista. Defendíamos no documento que a condução do país deveria ser assumida com uma postura suprapartidária, repactuando a nação. No lugar da disputa entre siglas por cargos e verbas, deveríamos buscar na base a formação de um “partido do Brasil”. Nossas propostas foram bem recebidas, mas nunca foram de fato encampadas pelo Planalto.

Os frutos do desajuste político

não demoraram a ser colhidos: a infraestrutura do país em frangalhos, a paralisação de obras, a segurança pública em verdadeiro colapso, a deterioração da saúde, o desemprego crescente e Estados em situação de calamidade financeira.

A gravidade do momento só será superada por atos de grandeza e coragem de nossas lideranças políticas. Por isso, entendemos que a condução da nação não pode ser feita por apenas um dos membros da chapa eleita nas urnas, agora dividida.

O país reclama um novo pacto, que só terá legitimidade com respaldo do voto popular. Devemos dar aos cidadãos a oportunidade de colocar o Brasil novamente nos trilhos.

Nesse sentido, apresentamos à Mesa do Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 20/2016, que pede a realização de eleições diretas para presidente e vice da República no dia 2 de outubro deste ano, juntamente com as eleições municipais. A proposta foi subscrita por 30 senadores.

O pacto por novas eleições é uma solução para o país e devolve ao povo o direito de opinar e de escolher os chefes da nação. Por eleições já!

JOÃO CAPIBERIBE é senador (PSB) por Amapá

PAULO PAIM é senador (PT) pelo Rio Grande do Sul

WALTER PINHEIRO é senador (sem partido) pela Bahia